

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



CINQÜENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Brasília, DF 12 de agosto

Em discurso pronunciado durante as comemorações do 50º aniversário da CNI, o Presidente Sarney enaltece o sentido social da entidade e expressa o reconhecimento do povo brasileiro por um meio século de civismo e trabalho.

5 de agosto — Com o decreto assinado pelo Presidente José Sarney, reconhecendo a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, o líder sindical Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo é, oficialmente, o dirigente máximo de 1,4 milhão de operários.

12 de agosto — O Presidente Sarney decide pelo nome do Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) para ocupar o Ministério de Indústria e do Comércio. O Presidente orienta o novo Ministro para empenhar-se para a consolidação das Zonas de Processamento das Exportações.

Agradeço à laboriosa classe industrial a oportunidade de participar das comemorações do cinqüentenário da Confederação Nacional da Indústria, marco da maior significação da história do Brasil contemporêneo. Ao longo de cinqüenta anos, a Confederação Nacional da Indústria consolidou-se como um dos mais importantes agentes de modernização da economia e da sociedade. Hoje ela encarna a vitoriosa epopéia da nossa industrialização, que fez do Brasil a oitava economia do mundo.

A Confederação Nacional da Indústria nasceu com o amadurecimento intelectual das elites empresariais brasileiras que se conscientizaram da importância de um mercado interno rico e independente.

Economistas da estatura de Roberto Simonsen não viam outra forma de fomentar a circulação de bens sociais e fazer crescer a renda nacional senão através do aumento da produção e da produtividade. Não se poderia conceber que uma nação com os recursos humanos e materiais do Brasil se mantivesse reduzida ao extrativismo e à total dependência da importação de bens industriais.

Durante a Segunda Guerra, iniciamos o processo de substituição de importações. Uma crise externa despertou um Brasil adormecido sobre um potencial imenso, que muitos desconheciam.

Reunidas na Confederação Nacional da Indústria, as lideranças empresariais fizeram do setor industrial o eixo da transformação histórica do Brasil, acarretando a modernização dos demais setores econômicos e da própria sociedade.

De 1947 a 1980 a indústria cresceu em média 8,5% ao ano, enquanto o Produto Nacional Bruto crescia 7%.

No início da década dos anos cinqüenta, as avaliações pessimistas da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL, e do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE não desvaneceram o ânimo dos industriais brasileiros, que aceitaram desafio histórico representado pelo plano de metas do Presidente Juscelino Kubitschek.

Em tempo recorde a Nação se mobilizou para queimar uma etapa decisiva do processo de industrialização. Experimentamos uma extraordinária ampliação da infra-estrutura de energia e transportes. Implantamos e expandimos inú-

meros segmentos industriais. Praticamente esgotou-se nesse período uma fase importante do modelo de substituição de importações.

Com a crise do petróleo em 1974, o País lançou-se em outro grande esforço de substituição de importações, dessa feita dirigido a equipamentos pesados, máquinas industriais, eletrônica e informática.

O segundo choque do petróleo em 1979 foi oportunidade para o País mais uma vez pôr a prova sua criatividade.

Surgiu o PROÁLCOOL, resposta ousada e inovadora à crise energética.

Ao longo desses cinquenta anos, o poder público, com a participação entusiástica de empresários e trabalhadores, realizou investimentos essenciais de infra-estrutura e desenvolveu atividades econômicas destinadas a impulsionar o desenvolvimento.

Hoje mesmo, com todos os obstáculos levantados pelas dívidas interna e externa, herdadas de gestões anteriores, e pelo clima de instabilidade do sistema econômico mundial — apesar disso tudo — o Brasil prossegue sua marcha em direção ao progresso.

- O Produto Interno Bruto cresce.
- O desemprego recua. Os trabalhadores recuperam o poder de compra.
- Realizamos saldos comerciais consideráveis este mês fechamos com saldo de um bilhão e 800 milhões de dólares no comércio externo.
 - Em 1987 e neste ano colhemos safras recordes.
- O Brasil retorna com dignidade, de cabeça erguida,
 à comunidade financeira internacional.
- As negociações com nossos credores internacionais chegam a resultados que respeitam a soberania e o crescimento.

As medidas tomadas para a contenção do déficit público começam a dar frutos. O primeiro semestre se encerra com um déficit de 1,07% do Produto Interno Bruto.

A meta traçada será alcançada.

Abre-se diante de nós um novo ciclo econômico.

Como bem previu Celso Láfer, o Brasil chegou a uma fase em que se faz necessário «... um planejamento que não tenha mais, como ênfase principal, a implantação de unidades produtivas ou a superação de pontos de estrangulamento, mas sim o controle de um sistema em funcionamento...».

O modelo de substituição de importações esgotou-se e passa a comprometer o nosso desenvolvimento.

O Estado não mais dispõe de recursos para investimentos, a não ser aqueles indispensáveis aos programas típicos de governo, tais como energia, transportes, telecomunicações e da área social.

As dificuldades que atravessamos, interna e externamente, obrigam-nos a recentrar as relações entre Estado, capital e trabalho, a exemplo da maioria dos países do Primeiro Mundo e das comunidades socialistas.

O Governo Federal toma a iniciativa de mudanças exigidas pela realidade contemporânea. Essas mudanças só terão êxito se bem compreendidas e avalisadas pelos parceiros sociais.

É hora de mais uma vez a Confederação Nacional da Indústria mobilizar seu imenso capital de credibilidade e seu espírito vanguardeiro para fazer avançar o conceito de progresso que tem como dínamo principal a iniciativa privada.

Já estão lançadas as bases legais e administrativas dessa filosofia. Temos uma nova política industrial, destinada a modernizar e tornar mais competitivo o parque industrial brasileiro.

O Governo Federal implementa um agressivo programa de desestatização, que já iniciou os estudos para a alienação de dezenas de empresas que agravam o déficit público e competem desnecessariamente com o setor privado. A desburocratização e a desregulamentação da economia representam, para a empresa, maior liberdade para empreender e se expandir.

Estamos contendo a sangria do Tesouro através de um combate rigoroso à evasão fiscal e pela redução e eliminação de incentivos e subsídios.

Doravante só serão subsidiadas as iniciativas que contemplam modernizações e melhorias de produtividade, como os investimentos em desenvolvimento tecnológico.

Para garantir a coerência interna dessa nova política, reorganizamos o Conselho de Desenvolvimento Industrial.

O setor privado assume sua parcela de responsabilidade na elaboração de suas diretrizes, pois terá assento em sua comissão consultiva e nas câmaras setoriais.

O clima favorável ao entendimento surgido entre governo, empresários e trabalhadores abre perspectivas para o estabelecimento de mecanismos mais eficazes de controle da inflação.

Ao longo dos anos, a Confederação Nacional da Indústria estendeu a todo o País uma vasta rede de instituições voltadas para a promoção e valorização do trabalhador.

Através do SESI, SENAI e do Instituto Euvaldo Lodi, a formação profissional, a assistência médico-odontológica, o atendimento escolar, e tantos outros serviços promovidos pela Confederação Nacional da Indústria em escala de milhões, estabeleceram entre a indústria e o trabalhador fortes laços de solidariedade e compreensão mútua.

Por todo esse passado e este presente de pioneirismo e responsabilidade social, a Confederação Nacional da Indústria está especialmente vocacionada para desempenhar um papel de liderança crucial nessa ultrapassagem para o futuro que estamos preparando.

Quero cumprimentar o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, pelos inestimáveis serviços que tem prestado ao País no desempenho de suas atividades como parlamentar, líder classista e empresário.

É o senador Albano Franco um dos melhores homens deste País, no setor privado e no setor político.

Mais uma vez presto reverência à memória do ministro José Hugo Castelo Branco, que se dedicou de corpo e alma, nos últimos anos, à montagem da nova política industrial inaugurada em meu Governo. Homem de rara têmpera, o ministro José Hugo foi capaz de vencer a dor e o sofrimento para realizar seu ideal. O exemplo dos grandes homens que partem faz prosperar a esperança no coração dos que ficam.

Os industriais no nosso País jamais descreram do Brasil. Investem, trabalham, enfrentam dificuldades, mas continuam firmes.

A empresa moderna tem um sentido social muito grande. No fundo, ela pertence aos consumidores, que mantêm seu faturamento e os seus empregados, que são responsáveis pela produção.

Ao empresário cabe a tarefa de manter esses pilares, que são a vida da empresa. A ele fica reservada somente a responsabilidade do insucesso. Para que isso não ocorra, ele necessita do lucro, para investir, pagar salários, manter o mercado, atualizando permanentemente os seus produtos, com novas tecnologias e qualidade para competir.

É estreito e errado esse conceito ultrapassado de uma luta antagônica entre capital e trabalho.

No mundo de hoje, a empresa é responsável pelo bemestar e harmonia social de grande parte da população.

Como Presidente da República, expresso à Confederação Nacional da Indústria o reconhecimento de todo o povo brasileiro por este meio século de civismo e trabalho.